

REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE C&T NAS UNIVERSIDADES: um olhar sobre o Museu de Minerais e Rochas da UFPE

Bruno Melo de Araújo*

Marcus Granato**

Resumo

Os cursos de engenharia no estado de Pernambuco têm seu início no ano de 1895 com a criação da Escola Superior de Engenharia. Como primeira instituição da região norte-nordeste e quarta do Brasil deste gênero, desempenhou um papel relevante no cenário da formação de engenheiros. Desde sua fundação tem acumulado em diferentes espaços um conjunto significativo de objetos que dialogam com as experiências de ensino e pesquisa destes profissionais. Distribuídos no Museu de Minerais e Rochas, Museu da História da Topografia e Engenharia Cartográfica, Memorial da UFRPE, Conjunto de objetos da Escola Politécnica de Pernambuco - POLI e Conjunto de objetos da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, materializam o esforço de ações individuais que merecem a devida atenção. Nosso exame, neste artigo, enfocará o desenvolvimento de atividades no Museu de Minerais e Rochas. Seu esforço e recentes progressos, identificados em atividades de preservação, comunicação e pesquisa de suas atividades, nos auxilia a refletir a salvaguarda de acervos em universidades e do papel desta no cumprimento de suas finalidades, no que tange à preservação de sua produção cultural. Visamos com esta reflexão fornecer um olhar para iniciativas que possam contribuir na construção de uma política de preservação da cultura material produzida no âmbito das universidades.

Palavras-chave: Universidade; Preservação; museus; política.

* Universidade Federal de Pernambuco, Av. da Arquitetura, s/n, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH. 13º andar/ sala 1313. Recife - PE. CEP: 50740-550. Docente do curso de bacharelado em Museologia do Departamento de Antropologia e Museologia (DAM/UFPE). brunomelodearaujo@yahoo.com.br

** Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rua Gal. Bruce 586, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20921-030; marcus@mast.br. Engenheiro metalúrgico e de materiais, D.Sc., Coordenador de Museologia do MAST/MCTIC, vice-coordenador e professor do Curso de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST), bolsista de produtividade 1C do CNPq.

Abstract

Engineering courses in the state of Pernambuco have its beginning in 1895 with the creation of the Superior Engineering School. As the first institution of the north-northeast region of Brazil and fourth of this kind played a role in the setting of training engineers. Since its foundation has accumulated in different areas a significant number of objects that dialogue with the teaching experiences and research of these professionals. Distributed in Minerals and Rocks Museum, Museum of the History of Surveying and Cartographic Engineering, UFRPE Memorial, set of objects of the Polytechnic School of Pernambuco - POLI and set of objects of the Catholic University of Pernambuco - UNICAP materialize the effort of individual actions that deserve due attention. His effort and recent developments identified in conservation, divulgation and research of activities helps us to reflect safeguard collections in universities and the role of the implementation of its purposes, regarding the preservation of their cultural production. We aim with this reflection offer a look at initiatives that can contribute to building a policy of preservation of material culture produced within the universities.

Key-words: University; Preservation; Museums; Policies.

Introdução

O presente artigo discute o desenvolvimento de atividades realizadas no Museu de Minerais e Rochas, instituição vinculada ao Departamento de Geologia, Centro de Tecnologia e Geociências, da Universidade Federal de Pernambuco. Refletiremos sobre o patrimônio cultural da ciência e tecnologia, a partir deste espaço, pensando que a análise de suas ações pode oferecer ferramentas de gestão, valorização e reconhecimento desta categoria patrimonial.

Resultados gerais do *projeto Valorização do Patrimônio Científico e Tecnológico Brasileiro*, obtidos a partir do levantamento de conjuntos de objetos de C&T, identificaram a existência de mais de 30.000 objetos que revelam experiências sociais, econômicas, políticas e culturais do fazer da ciência e da tecnologia no Brasil. Deste total, 14.100 estão depositados em instituições de ensino superior, 1.959 em instituições de pesquisa, 14.701 em instituições museológicas e 2.198 em instituições de ensino médio (GRANATO; MAIA; SANTOS, 2014, p.10).

Esses dados indicam que 42% dos objetos encontrados estão em instituições de ensino superior que, em muitos casos, pela falta de políticas de preservação, aquisição e descarte de acervo apresentam um alto risco de perda. Perceber estratégias de organização e fomento de atividades, a articulação com políticas de preservação, participação em políticas institucionais e editais públicos é de fundamental importância para permitir a salvaguarda dos acervos relacionados. O olhar atento e o amadurecimento institucional podem fornecer dados para uma política de gestão tão desejada a estes espaços.

Na UFPE identificam-se sete espaços que apresentam conjuntos de objetos da ciência e tecnologia de relevância cultural: Museu da História da Topografia e da Engenharia Cartográfica, Museu de Minerais e Rochas, Museu de Ciências Nucleares, Memorial da Medicina de Pernambuco, Herbário Virtual da UFPE, Memorial da Enfermagem e Museu da Oceanografia (ARAÚJO, 2014).

Destes espaços, escolhemos o Museu de Minerais e Rochas para uma análise mais detalhada, por se tratar de uma das unidades museológicas mais antigas da Universidade Federal de Pernambuco, herdeira de acervos de dois museus criados na década de 1950, um no *Instituto de Geologia* e outro na *Escola de Geologia do Recife*.

Política de preservação do Patrimônio Cultural de C&T

O Patrimônio Cultural de C&T é formado por bens materiais que possuem valor simbólico atribuído em grande medida pela comunidade científica e/ou por profissionais do campo do patrimônio que atribuem valores e visualizam nesses objetos referências culturais que merecem ser preservadas. Esta categoria do patrimônio materializa diversos estágios de produção e desenvolvimento dos grupos humanos. A musealização de objetos da ciência e tecnologia pode ao mesmo tempo oferecer “modos de conhecer” da sociedade, como também possibilita a divulgação de tecnologias e do próprio conhecimento científico (RIBEIRO, 2013).

Parcela destes elementos é representada nas universidades através de objetos, ou melhor, bens materiais, como os equipamentos e maquinarias que são ou foram utilizados pelo corpo funcional para execução das atividades de pesquisa e ensino. Outra parcela com igual peso na constituição universitária são os bens intangíveis - ou imateriais, representados pelos costumes, processos e práticas que circulam em sua estrutura, atingindo aqueles que ali participam de seu cotidiano. Lourenço e Wilson (2013, p.3) enumeram aquilo que pode ser incluído na categoria patrimônio cultural de C&T:

It includes human-made buildings and landscapes of historical significance, such as astronomical and geophysical observatories, meteorological stations, laboratories, and botanical gardens. But it also includes herbaria, fossils, bones, eggs, pollens, wax and teaching models, minerals, rocks, meteorites, scientific instruments of all types, soil samples, animals, plants and seed, tissue and DNA banks, among many others. Scientific heritage is multilayered and it includes scientific heritage of historical value (LOURENÇO; WILSON, 2013, p.3).

Granato (2009) aponta a necessidade de se identificar esses conjuntos de objetos de valor histórico. Nas palavras do autor, podemos definir o patrimônio cultural de C&T como aquele relativo ao:

conhecimento científico e tecnológico produzido pelo homem, além de todos aqueles objetos (inclusive documentos em suporte papel), coleções arqueológicas, etnográficas e espécimes das coleções biológicas que são testemunhos dos processos científicos e do desenvolvimento tecnológico. Também se incluem nesse grande conjunto as construções arquitetônicas produzidas com a funcionalidade de atender às necessidades desses processos e desenvolvimentos (GRANATO, 2009, p. 79).

Esta definição ampara-se em uma diferenciação entre ciência e tecnologia, “a ciência está muito relacionada ao mundo das ideias e conceitos; enquanto a tecnologia relaciona-se à prática, à solução de problemas práticos” (GRANATO, 2009, p. 79), que, contudo, nem sempre é clara quando são realizadas pesquisas de campo, em que é necessário identificar e selecionar objetos, atribuindo-lhes, muitas vezes pela primeira vez, valores que os inserem como patrimônio cultural.

A preocupação com esta categoria tem seu primeiro destaque, a partir da Carta de Atenas de 1931 que, em sua segunda sessão, expõe que um dos objetivos da conferência Internacional que gerou a Carta era “proteger os monumentos de interesse histórico, artístico ou científico, pertencente às diferentes nações” (CARTA DE ATENAS, 1931, p.01). Denota-se o interesse internacional na proposição de instrumentos políticos de preservação do patrimônio cultural, dentre eles o da ciência.

Em 1964, por ocasião da 13^a Conferência Geral da UNESCO, foi elaborada a Recomendação de Paris¹. Em seu primeiro artigo ela propõe uma definição de bens culturais e coloca as “coleções científicas” no rol dos bens a serem preservados pelas nações. Em 1968, na mesma cidade, na 15^a Conferência Geral da UNESCO, definiu-se em seu artigo I, alínea b, como bem cultural imóvel: “sítios arqueológicos, históricos ou científicos, edificações ou outros elementos de valor histórico”². Soma-se a este, o artigo III, que na alínea b faz menção à necessidade de dotações orçamentárias para o patrimônio imóvel científico.

Ainda em solo francês, teremos em 1970 a *Convenção relativa às medidas de proteção a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de*

¹Recomendação de Paris, 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201964.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

²Recomendação de Paris, 1968. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201968.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2016.

*propriedades ilícitas dos bens culturais*³. Para fins desta convenção, destacamos para nosso estudo:

b) os bens relacionados com a história, inclusive a história da ciência e da tecnologia, com a história militar e social, com a vida dos grandes estadistas, pensadores, cientistas e artistas nacionais e com os acontecimentos de importância nacional;
(....)

h) manuscritos raros e incunáveis, livros, documentos e publicações antigos de interesse especial (histórico, artístico, científico, literário etc.), isolados ou em coleções (CONVENÇÃO DE PARIS, 1970).

É importante apontar que este foi o primeiro documento internacional que trouxe à tona tanto a ciência como a tecnologia, ressaltando o papel da história para estes conceitos e a participação dos indivíduos no processo de significação dos bens culturais. Por outro lado, ainda temos na alínea h, a valorização das fontes documentais de caráter científico, dentre os bens necessários de serem protegidos.

Os debates continuam presentes na conferência da UNESCO, na sua 17ª Reunião realizada em Paris no ano de 1972⁴. Neste documento, temos apresentada a definição do que pode ser considerado patrimônio cultural:

Os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura e pintura ou de pinturas monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos, que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da *ciência*.

Conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da *ciência*. Lugares notáveis: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham valor excepcional do ponto de vista histórico, estético ou antropológico (PARIS, 1972).

No cenário de debates sobre o patrimônio Mundial, Cultural e Natural, o tema da ciência é novamente apresentado e entendido na perspectiva da integralidade. O Brasil é um dos países que adere à esta convenção. Sua adesão no país está registrada no decreto lei nº 80.978 de 12 de dezembro de 1977⁵.

³Convenção de Paris, 1970. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/unesco_convencao.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2016.

⁴ Convenção para proteção do patrimônio mundial, cultural e natural. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201972.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

⁵ Lei nº 80.978 de 12 de dezembro de 1977. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/DecretoLei_n_80.978_de_12_de_dezembro_de_1977.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2016.

No início da década seguinte, elabora-se na Austrália a Carta de Burra⁶, desenvolvida por ocasião do encontro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS. Este documento em seu artigo I dispõe sobre o “termo de significação cultural que designará valor estético, histórico, científico e cultural” (BURRA, 1980), salientando-se ainda a necessidade de preservação do legado científico às gerações futuras.

Em 1988, com o processo de redemocratização, o Brasil elabora a nova constituição⁷. Neste documento, está prevista a proteção ao Patrimônio Cultural de C&T, abrangendo desde criações, dispostas em objetos, documentos, edificações relacionadas a conjuntos naturais ou construídos pelo homem. Percebido nesta perspectiva, a categoria de patrimônio eleita para nossa discussão encontra-se contemplada na carta magna.

No entanto, ao nos determos nos livros de tombos⁸, no qual os patrimônios estão inscritos, não observamos nenhum livro dedicado à ciência e à tecnologia. Bens culturais considerados de relevância científica e tecnológica estão, quando contemplados, inseridos nos livros “Histórico” ou “Natural”. Por outro lado, pesquisas recentes mostram que apenas três iniciativas de tombamento se relacionam com bens que poderiam ser incluídos no PCCT e apenas um deles foi registrado tendo como motivação o valor científico atribuído - o campus e as coleções do Observatório Nacional (OLIVEIRA, 2015).

Para Granato e Oliveira (2012), a responsabilidade das ações relacionadas à preservação do patrimônio cultural científico brasileiro:

seria atribuição do Ministério da Cultura (MINC), pois se trata de item relacionado ao patrimônio cultural brasileiro e, como verificado no decreto nº 6.835 de 30 de abril de 2009⁹, que aprova a estrutura regimental do MINC, uma de suas competências é a proteção do patrimônio histórico e cultural brasileiro (GRANATO; OLIVEIRA, 2012, p. 5).

⁶ Carta de Burra, 1980. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>>.

Acesso em: 11 ago. 2016.

⁷ Constituição Federal Brasileira, 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>.

Acesso em: 13 ago. 2016.

⁸ O Tombamento é um instrumento de proteção do patrimônio cultural. O órgão responsável por esta atividade no Brasil é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que atua em nível nacional. Demais instituições podem atuar no plano estadual ou municipal atuando de forma semelhante. Os tombamentos do IPHAN estão dispostos nos seguintes livros: Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Histórico, das Belas Artes, das Artes Aplicadas.

⁹ Decreto lei nº 6.835 de 30 de abril de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6835.htm>. Acesso em: 20 ago. 2016. Com as mudanças no governo federal a referida lei foi revogada. Com o decreto nº 8.837, de 17 de agosto de 2016 foi aprovada nova estrutura regimental e quadro demonstrativo de cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério da Cultura.

No entanto, será no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia, com a elaboração de uma proposta de Plano Nacional de Memória da Ciência e da Tecnologia (BRASIL, 2003) que com seu relatório instigou a primeira iniciativa formal do Estado brasileiro no sentido de formalizar uma política de preservação da memória da ciência e da tecnologia brasileira.

Granato aponta a abertura do edital do CTINFRA/MCT/CNPq 003/2003¹⁰ como uma iniciativa diretamente relacionada à preservação do patrimônio cultural de C&T, e que provavelmente foi criado pela decorrência do relatório produzido. Este tinha como objetivo apoiar a infraestrutura de instituições públicas, de ensino e/ou de pesquisa, que desenvolvessem atividades relacionadas à preservação de acervos documentais (arquivos, coleções, bibliotecas, instrumentos e outros) de valor inquestionável para o estudo da produção de conhecimento científico e tecnológico brasileiro.

Neste mesmo período foi lançado o edital MCT/SECIS/CNPq – 07/2003 destinado a apoiar os museus e centros de ciência. Esse edital era direcionado para o apoio às atividades de divulgação científica e de popularização da ciência. Segundo Granato, esse edital contemplou:

projetos relacionados à preservação do patrimônio e, por outro, projetos e instituições que propiciassem um trabalho decisivo para a memória e a preservação do patrimônio de C&T, a conscientização da população sobre a importância e o envolvimento da ciência e da tecnologia no dia a dia das pessoas (GRANATO, 2009, p.87).

Outras ações de longo prazo foram realizadas. Destacamos a assinatura de portaria Interministerial nº796 entre os ministérios da cultura (MINC) e o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Com este foi estabelecida cooperação técnica para formulação de políticas públicas para uma política nacional de cultura e plano nacional de ciência, tecnologia e inovação. No entanto, nenhuma dessas iniciativas resultou na estruturação de uma política de estado para a preservação do PCCT e, nem mesmo, para ações regulares que apoiassem atividades para sua preservação. Caracterizam-se como eventos pontuais que não produziram resultados sistemáticos. A única exceção tem relação com a divulgação científica, que apresenta realmente nos últimos dez anos apoio sistemático do Ministério de Ciência e Tecnologia e resulta no que podemos chamar de ação política estatal.

O patrimônio cultural de C&T ainda carece de atenção adequada de preservação, e uma ação conjunta se faz necessária para construção de política efetiva e que não esteja

¹⁰ EDITAL CT-INFRA/MCT/CNPq - 003/2003. Disponível em: <www.mct.gov.br/upd_blob/0001/1693.doc>. Acesso em: 14 set. 2016.

focada apenas na elaboração de editais que em momentos de crises econômicas e políticas possam ser descontinuados.

O desafio da gestão de museus em universidades

O museu é uma importante instituição da nossa sociedade. A potencialidade de atividades que a mesma pode realizar esbarra, em muitos casos, em dificuldades de gestão. Conservar, pesquisar, documentar e comunicar podem ser funções quase que incompatíveis. O grande desafio dos gestores é aliar capacidade técnica ao atendimento de demandas da contemporaneidade.

Ao olharmos para museus em espaços universitários, nos debruçamos em uma realidade ainda mais complexa, pelo fato de agregarem funções dos museus não universitários, demandas por legitimação e difusão dos saberes, experiências, representações do campo científico, como também a apresentação da Universidade aos não universitários.

No contexto brasileiro, a estruturação do ensino superior está calcada nas dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão. Esta última dimensão deve ser visualizada de forma indissociável das duas primeiras, como processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político promovendo a transformação na universidade e outros setores da sociedade (FOR-PROEX, 2012, p.15).

Pela falta de espaços de interlocução da universidade no ensino e na pesquisa, a extensão assume importante papel de interlocução com a sociedade, apresentando conhecimentos, realizações e conquistas do mundo universitário. No entanto, como aponta Ribeiro (2013), a extensão é um dos eixos mais fracos da tríade universitária, devido ao desprestígio que atividades extensionistas apresentam. A autora argumenta que, esta falta de prestígio é proveniente do caráter recente das atividades de extensão, falta de mecanismos de institucionalização e legitimação que ainda se encontram em processo de construção.

Apesar dos avanços nos últimos anos, com editais específicos e criação de órgãos de regulação e de fomento em âmbito nacional, a extensão universitária ainda carece de recursos e reconhecimento.

Uma mudança de foco é necessária para consolidação das atividades de extensão e, conseqüentemente, das atividades desenvolvidas nos museus. Planejar estrategicamente as ações do museu, identificar suas deficiências, propor oportunidades, reconhecer peculiaridades é imprescindível para qualificar a gestão desses espaços.

O Museu de Minerais e Rochas

Este museu nos remete ao final da década 1950, onde foram criados o Instituto de Geologia e a Escola de Geologia do Recife. Nestas instituições, foram fundados dois museus com o objetivo de dar suporte às atividades didáticas das áreas de conhecimento de mineralogia e de petrologia.

Os acervos destes museus, fundados outrora, respectivamente, por docentes destas Instituições - Sílvio da Cunha Santos/Cláudio de Castro e Bhaskara Rao/ Maria do S. Adusumilli - foram reunidos, no final da década de 1960, em um só museu, Museu de Minerais e Rochas, e deslocados para o campus universitário com sua sede no então Instituto de Geociências, o qual foi lotado nas dependências do antigo Centro de Tecnologia, atual Centro de Tecnologia e Geociências.

Atualmente o espaço encontra-se aberto ao público, recebendo visitas orientadas de alunos do ensino fundamental e médio e de diversos cursos de graduação, bem como público espontâneo. São realizadas, continuamente, atividades de pesquisa na área fim do Museu e em temas da museologia. E, continuamente, o Museu realiza atividades de extensão – mini-cursos, palestras, participação em feiras - a fim de aproximar o público externo das temáticas abordadas no Museu.

Além de um acervo composto por cerca de 5.000 amostras de minerais e rochas, o Museu possui uma coleção de cerca de 300 objetos científicos, procedentes da própria UFPE, coletados pela equipe do Museu ou, mais recentemente, doados pela comunidade universitária.

Com relação aos equipamentos depositados na instituição, destaca-se a atuação da atual diretora, Profa. Dra. Sandra de Brito Barreto. Foram recolhidos aproximadamente mais de 100 objetos em gabinetes de professores e laboratórios do Departamento de Geologia e Engenharia de Minas da UFPE para constituir uma nova coleção. Trata-se de objetos produzidos na primeira metade do século XX, procedentes das divisões de Mineralogia, Petrologia e Paleontologia do antigo Instituto de Geologia da Universidade do Recife-IGUR (1959), quando o mesmo funcionava na Rua Corredor do Bispo, 155 no bairro da Boa Vista, bem como de gabinetes de professores de Geologia e Engenharia de Minas, como o do Prof. Dr. Rilson Rodrigues da Silva e do Prof. Dr. Hugo Sérgio Villaroel Léo.

Há também equipamentos procedentes dos laboratórios de Mineralogia Óptica do Departamento de Geologia, onde foram recolhidos vários microscópios, acessórios de microscopia e espectroscopia. Bem como, há peças do antigo Laboratório de Difração de Raios X, onde foram recolhidos diversos goniômetros, peças de microscópios, tubos de

raios X e colorímetros; como também da “Sala de Mineralogia” do Departamento de Geologia.

O conjunto de objetos da coleção do Museu possui relevância nacional, em virtude da sua variedade e exemplaridade. O museu possui objetos de ensino bastante completos, destacando-se a coleção adquirida à empresa Dr. F. Krantz (Bonn, Alemanha). A mineralogia nordestina encontra-se muito bem caracterizada, tornando a coleção representativa para fins de estudo e pesquisa.

Somado a estas aquisições, recentemente, o Museu de Minerais e Rochas encontrou parte do acervo referente às Escola de Geologia do Recife e iniciou as atividades de higienização e acondicionamento desse acervo.

Serão discutidos, a seguir alguns pontos na trajetória dessa instituição, que nos ajudem a pensar melhor e de forma mais aprofundada as atividades desenvolvidas na instituição.

A) Preservação

A preservação de objetos no museu pressupõe atividades de guarda, higienização, acondicionamento, transporte e monitoramento em exposição nas condições adequadas. Agindo de forma sistemática e constante, pode ser garantida a integridade dos objetos. Para tanto, é necessário considerar diversos fatores que agem na contra mão do tempo e deterioram o patrimônio.

O MMR em suas ações tem buscado recursos para a preservação do seu acervo através de uma série de editais nacionais e internos da UFPE. Destacamos que, em 2004, o Museu concorreu no edital da Pró-reitoria de Extensão da UFPE, sendo contemplado com uma bolsa para o projeto *Museu de Minerais e Rochas: A construção de sua Interatividade*¹¹. O desenvolvimento de suas atividades possibilitou que, no ano de 2005, o projeto fosse reencaminhado e novamente aprovado. Assim, foi possível continuar contando com um bolsista de extensão e, com apoio da prefeitura da UFPE e da Empresa Minérios de Bom Jardim, recuperou-se parte da reserva técnica, catalogou-se algumas amostras do acervo e foi iniciada a recuperação da estrutura da sala de exposição.

A partir deste momento, o MMR buscou qualificar a estrutura física dos seus ambientes, tentando garantir uma reserva técnica com padrões adequados para salvaguardar as coleções mineralógicas e instrumentos científicos, como também do espaço expositivo.

¹¹ Resultado de edital PROEXT 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/proext/ies_contempladas_proext2004.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

Esta ação inicial, possibilitou ao Museu as condições mínimas necessárias para dar continuidade das atividades de salvaguarda do acervo e o recebimento do público.

Outra iniciativa, de caráter preservacionista, foi a realização do curso “Conservação de acervos do Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia”, nas dependências do MMR, ministrado pelos profissionais do MAST Marcus Granato e Ricardo de Oliveira Dias. O curso foi de fundamental importância para capacitação da equipe do museu. O conhecimento acumulado possibilitou um olhar mais atento às necessidades do acervo, suas fragilidades e práticas adequadas de manuseio, transporte, acondicionamento de objetos da ciência e tecnologia.

Existem ações também voltadas para o acervo bibliográfico, com sua higienização, acondicionamento e identificação.

Devemos salientar que estas iniciativas, ainda não conseguem dar conta das necessidades da Instituição. Não há um monitoramento ambiental dos espaços (qualidade da atmosfera, presença de insetos, umidade relativa, temperatura e iluminação) e muito menos um controle de parâmetros como temperatura e umidade relativa que propicie condições adequadas de conservação.

Quanto ao transporte de acervo, entre o museu e reserva técnica, ou montagem de exposição em outros espaços, o MMR dispõe de poucos recursos para garantir a segurança necessária. Identifica-se aqui a necessidade de mais recursos para aquisição de material permanente e de consumo (carrinhos de transporte, plástico bolha, caixas em madeira para objetos de maior porte, espuma de polietileno, dentre outros).

Por último, é importante destacar a necessidade de elaboração de política institucional de preservação dos acervos. Normatizar as atividades e procedimentos é de fundamental importância, no sentido de respaldar sua função social, permitindo para gerações posteriores conhecimento das decisões e referências passadas. Essa preocupação segue no sentido de instrumentalizar uma política consistente e sistemática de organização para museus.

B) Comunicação

Os museus universitários apresentam uma situação de desvalorização institucional, tanto no que se refere à disponibilização de recursos financeiros, quanto a de recursos humanos. Exposições, ações educativas, produção de material educativo assumem papel fundamental no processo de legitimação e reconhecimento institucional.

A comunicação nos museus “atua como um conjunto de mensagens intencionadas, que também, pode ser entendida como conjunto de mensagens não intencionadas” (HOOPER-GREENHILL, 1988, p.11). Entendemos que a intencionalidade dos museus está presente em suas exposições, atividades e materiais de divulgação produzidos na instituição. Por outro lado, as mensagens não intencionadas estão no diálogo que o museu estabelece com o público, marcadas assim pela imprevisibilidade. Deteremos nosso olhar para o primeiro aspecto destacado, analisando a realização de alguns projetos no âmbito do MMR.

Os projetos executados que serão aqui mencionados foram viabilizados por recursos conquistados por meio de editais de órgãos de fomento interno da UFPE e externos à Universidade, como o CNPq, FACEPE e CAPES.

Destaca-se que no ano de 2006, o Museu concorreu no Edital MCT/CNPq nº 12/2006 – Difusão e popularização da C&T - processo 553546/2006-6 com o projeto *Reabertura do MMR durante as comemorações de 50 anos do curso de Geologia do Recife*. O projeto foi aprovado e concedida uma bolsa de pesquisa, com liberação de recursos no início do ano de 2007.

Além desse apoio do CNPq, o Museu também contou com apoio da PROEXT/UFPE concedendo uma bolsa de extensão para o projeto *“Museu de Minerais e Rochas: proposta de reabertura e divulgação”*.

Os investimentos possibilitaram a reabertura do museu que havia passado um longo período fechado. Foi realizada a manutenção dos espaços expositivos, qualificação das vitrines e material expositivo, produção de material educativo e formação de bolsista responsável pela ação educativa. Neste momento, o museu teve como público alvo, a comunidade universitária, buscando inicialmente reconhecimento institucional.

No ano de 2008, o MMR teve aprovado o projeto de extensão *“Museus de minerais e rochas: ampliando horizontes”*, com bolsa e recurso financeiro. Foram realizadas atividades de divulgação do espaço, criação de material de divulgação, divulgadas notas nos meios de comunicação e agendamento de visitas para escolas públicas e privadas.

Os projetos mencionados visaram divulgar o MMR, desenvolvendo atividades que reconhecessem ações da Universidade e de seus agentes. Por outro lado, foi vislumbrada a possibilidade de alcançar público externo à UFPE. Com essa iniciativa, o MMR se projetou em outros espaços de inserção e divulgação e, pela primeira vez, construiu uma interação com o público não universitário, atividade tão almejada na extensão universitária.

Em 2009, o Museu de Minerais e Rochas concorre em mais um edital da Pró-Reitora de Extensão da UFPE e o projeto “*Museus de Minerais e Rochas e Acervo Paleontológico como Mediadores de conhecimento em geociências*” é contemplado com uma bolsa e recursos financeiros. Com mais esta conquista, o Museu deu continuidade aos trabalhos de recepção de grupos de visitantes e deu início à elaboração de jogos educativos.

Neste mesmo ano, foi realizada a montagem e abertura da exposição *Coleção Prof. Sylvio da Cunha Santos. Uma visão Pedagógica*, no hall de entrada do CTG, divulgando parte do conjunto de objetos relacionados à trajetória acadêmica deste professor. A exposição foi composta por peças arqueológicas, minerais, rochas e documentos colecionados pelo professor durante os anos de atuação na UFPE.

A exposição buscou apresentar o cotidiano de um docente em suas atividades na universidade: ensino, pesquisa, projetos e o conjunto material acumulado durante seus anos de universidade. Destaca-se o deslocamento do foco de interesse dessa proposição, na qual foi apresentado um professor na dimensão do processo científico e da “prática científica como trabalho” (LOUREIRO, 2009, p.108).

Em 2012, foi submetido o projeto “*Museu de Minerais e Rochas: Uma nova expografia para seus visitantes*”¹² ao edital PIBEX/UFPE. Neste edital, o museu somente foi contemplado com uma bolsa de extensão, não havendo recursos para outras finalidades. Desta forma, a renovação da expografia que havia sido proposta não foi executada. Por outro lado, foi aprovado projeto junto à Facepe, no edital 14/2012 de *Apoio a Atividades Monitoria em Divulgação Científica nos Museus Centros de Ciências de Pernambuco FACEPE-SECTEC*, com a obtenção de 04 bolsas de capacitação técnica.

Entre os anos de 2013 e 2014, foi aprovado o projeto “*Um Olhar sobre a Geofísica: Helmo Rand*”¹³ no edital PIBEX/UFPE. Nesse período, o projeto foi contemplado com uma bolsa de extensão e parte do recurso solicitado. No ano de 2013, o projeto se debruçou sobre a atuação do Prof. Dr. Helmo Rand, pioneiro da geofísica no Nordeste, e montagem de uma mostra no hall de entrada do CTG. No ano seguinte, foram realizadas manutenção e renovação dos conteúdos expostos na mostra apresentada no hall de entrada do CTG. Salientamos que esta exposição encontra-se ainda aberta ao público. A Figura 1, a seguir, apresenta uma imagem do convite da abertura da exposição e imagens das seções da exposição realizadas durante a cerimônia de inauguração, em dezembro de 2013.

¹² Projeto Museu de Minerais e Rochas: Uma nova expografia para seus visitantes. Disponível em: <http://sigproj1.mec.gov.br/apoiados.php?projeto_id=126548>. Acesso em: 06 set. 2016.

¹³ Projeto Um olhar sobre a Geofísica: Helmo Rand. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/proexc/images/documentos/projetos2013/educacao/umolharsobreageofisica.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2016.



Figura 1 - Convite da abertura da exposição e imagens das seções da exposição realizadas durante a cerimônia de inauguração, em dezembro de 2013.

Essa mostra foi direcionada para o público acadêmico em geral, que reconhece a importância da ciência para sociedade. Das leituras possíveis das mensagens produzidas pela mostra “Um olhar sobre a geofísica: Helmo Rand” é possível identificar um esclarecimento sobre os domínios da geofísica e sua atuação e, sobretudo, da necessidade de preservar o patrimônio cultural de C&T. Essa exposição foi fruto de um longo processo de amadurecimento e reflexão na instituição, onde os objetivos estavam claramente construídos.

A partir de uma análise dos resultados alcançados com as exposições do MMR, é possível verificar que as atividades de comunicação têm resultados proveitosos¹⁴. Desde o recebimento de público à escolha de exposição temporárias, a Instituição tem cumprido um papel político de apresentar à comunidade acadêmica o patrimônio cultural de C&T sob sua guarda, afirmando-se como espaço institucional e apresentando a Universidade para o público não universitário.

¹⁴ Dados de visitação, disponibilizados a partir de livro de assinatura apontam número de visitantes entre os anos de 2007 a 2013: 1300 (2007), 800 (2008), 850 (2009), 650 (2010), 650 (2011) e 920 (2012) e 1010 (2013).

C) Pesquisa

Um dos pré-requisitos que permite ao museu realizar suas atividades com eficiência é a pesquisa. Sem pesquisa o museu estaria impossibilitado de realizar de forma consistente atividades de coleta, conservação, registro e divulgação do patrimônio cultural. Entre as questões que movem as pesquisas desenvolvidas nessa instituição, podem ser ressaltadas: a equipe do museu sabe o que a instituição guarda e porque guarda acervos? Quem tem interesse nos objetos musealizados? Como os objetos se relacionam entre si? Qual a trajetória percorrida pelos objetos do acervo antes de entrar no museu e mesmo após terem sido musealizados? A partir das reflexões e análises desenvolvidas o Museu comunica o conhecimento produzido e sistematizado em suas pesquisas.

A pesquisa no museu é necessária e indispensável, constituindo-se em um dos pilares de sua estrutura institucional. O Museu de Minerais e Rochas teve seus projetos de pesquisa viabilizados pela atuação de bolsistas que se desdobravam em atividades de mediação de público, conservação e documentação do acervo. Pensava-se assim, na indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão na execução dos projetos.

Resultados das pesquisas foram alvo de atividades científicas com apresentações de comunicações em eventos científicos, publicações em periódicos e livros. Alguns exemplos são a participação na Conferência Internacional - As Geociências no desenvolvimento das comunidades lusófonas¹⁵, em Coimbra, Portugal, entre os dias 13 e 14 de outubro de 2008. Nesta ocasião, foi apresentado o trabalho *“museus de minerais e rochas e acervo paleontológico como agentes difusores das ciências”*. Outros destaques são a participação publicando textos no I Congresso Internacional de Geociências na CPLP - 240 Anos de Geociências na CPLP, 12 a 19 de maio de 2012, Universidade de Coimbra; e no XXXI Simpósio Internacional da Comissão de Instrumentos Científicos, no Rio de Janeiro, no Museu de Astronomia e Ciências Afins, de 08 a 12 de outubro.

No âmbito da organização de eventos acadêmicos, em 2015, participou do III Seminário de Gestão do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia, inclusive apresentando 06

¹⁵ Conferência Internacional – As geociências no desenvolvimento das comunidades lusófonas, Coimbra, 2008. Disponível em: <<https://oegbc.wordpress.com/2008/07/02/conferencia-internacional-%C2%ABas-geociencias-no-desenvolvimento-das-comunidades-lusofonas%C2%BB/>>. Acesso em: 11 set. 2016.

comunicações e publicando textos¹⁶, e nesse mesmo ano, do II Seminário Brasileiro de Museologia – SEBRAMUS, também incluindo a publicação de trabalhos.

Consta em 2015, a publicação do artigo *Museus de ciência, regime do interesse e valorização institucional: expondo a coleção Helmo Rand no Museu de Minerais e Rochas – UFPE*¹⁷. Neste artigo foi objetivado fazer uma reflexão sobre a experiência com a montagem da exposição intitulada “Helmo Rand: um olhar sobre a geofísica”, no âmbito do Museu de Minerais e Rochas da Universidade Federal de Pernambuco.

A pesquisa no MMR tem possibilitado repensar suas práticas, organização, entender seu posicionamento dentro da estrutura universitária. Estabelecer práticas sistemáticas de pesquisa em e sobre o museu potencializará as ações da instituição, permitindo seu maior reconhecimento e legitimidade.

Considerações finais

O Museu de Minerais e Rochas é apenas um dos casos de instituição de natureza museológica que conta com o protagonismo de seus coordenadores para sobreviver. Gerir uma instituição sem dotação orçamentária é problemático. Mesmo assim, estes espaços conseguem sobreviver na base do esforço individual, entusiasmo e capacidade de articulação de seus gestores.

A falta de recursos impossibilita os museus de planejarem suas atividades. Tentando solucionar essa fragilidade, o MMR buscou recursos em nível de extensão na própria universidade, ou em editais propostos por órgãos de fomento, tais como a FACEPE e o CNPq.

Com estes financiamentos, via editais, foram desenvolvidas atividades de conservação, comunicação e pesquisa tão caras às instituições museológicas. Ao analisar estes três aspectos, podemos enfatizar positivamente as escolhas e estratégias de reconhecimento do museu dentro da estrutura universitária, com a proposição de projetos que sensibilizaram a comunidade acadêmica e principalmente da Geologia, para uma cultura dos museus.

¹⁶ ARAÚJO, Bruno. RIBEIRO, Emanuela. Anais do III Simpósio de Gestão do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia. Recife: Editora UFPE, 2015. Disponível em: <https://www.ufpe.br/editora/ufpebooks/serie_extensao/anais_semi_iii/>. Acesso em: 06 set. 2016.

¹⁷ RIBEIRO, Emanuela Sousa. BARRETO, Sandra Brito. Museus de ciência, regime do interesse e valorização institucional: expondo a coleção Helmo Rand no Museu de Minerais e Rochas – UFPE. In: ARAÚJO, Bruno Melo. RIBEIRO, Emanuela Sousa. *Cadernos do Patrimônio Cultural de C&T: pesquisa, acervos e instituições*. Recife: Editora UFPE, 2015.

No entanto, é preciso estar atento à necessidade de um plano de gestão para o MMR. Acredita-se que sua construção e implantação possibilitaria um avanço na consolidação institucional. Este mecanismo permite ao museu visualizar suas potencialidades e fragilidades e produzir bases para uma gestão mais sólida.

Por último salienta-se que uma política de preservação do patrimônio cultural não deve estar pautada em editais. As instabilidades econômicas e políticas impossibilitam muitas vezes a realização de editais e disponibilização de recursos. Sendo mais adequado, destinar verbas específicas da Universidade para os museus.

Em momentos de crise e instabilidade, como o atual, muitos esforços e realizações podem se dispersar e serem descontinuados. Trabalhos de qualidade têm sido realizados no MMR, assim como em outras unidades museológicas desta categoria, mas sem estrutura que garanta seu desenvolvimento. O fortalecimento da gestão destes espaços é um mecanismo interessante para estreitar relações e possibilitar a salvaguarda do patrimônio cultural de C&T, em grande risco de perda.

Referências

ARAÚJO, Bruno. RIBEIRO, Emanuela. *Anais do III Simpósio de Gestão do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia*. Recife: Editora UFPE, 2015. Disponível em: <https://www.ufpe.br/editora/ufpebooks/serie_extensao/anais_semi_iii/>. Acesso em: 06 set. 2016.

BARRETO, Sandra de Brito. Museu de Minerais e Rochas - MMR. *Revista Estudos Universitários*, v. 27, n. 8, p. 145 - 147, 2011.

GRANATO, Marcus. *As exposições e o uso de acervos em museus de ciência e tecnologia*. In: BENCHETRIT, Sara F.; BEZERRA, Rafael Z.; MAGALHÃES, Aline M. *.Museus e Comunicação. Exposições como objeto de estudo*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010. p.237-257.

_____; LOURENÇO, Marta. (Orgs). *Coleções Científicas Luso-Brasileiras: patrimônio a ser descoberto*. Rio de Janeiro: MAST, 2010. 382p.

_____; LOURENÇO, Marta. Reflexões sobre o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia na Atualidade. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v.2, n.4, p.85-104, dez.2010 / mar. 2011. Disponível em: <<http://www2.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/beta-02-01/index.php/memoriaemrede/article/view/25/25>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

GOUVÊA, Guaracira. *A cultura material e a divulgação científica*. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio (Orgs.). *Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia*, Livro eletrônico, Rio de Janeiro: MAST, 2009. p.327-344. Disponível em: <http://www.mast.br/livros/cultura_material_e_patrimonio_da_ciencia_e_tecnologia.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2016.

HOOPER-GREENHILL, Eilean. *Museum, media, message*. London: Routledge, 1995.

LOUREIRO, Maria Lúcia N. M. Museus, Museologia e Informação Científica: uma abordagem interdisciplinar. In: GRANATO, M., SANTOS, C. P. dos e LOUREIRO, M. L. de

N. M (Orgs). Museu e Museologia: Interfaces e Perspectivas. Série MAST Colloquia, v.11, Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2009.

OLIVEIRA, Pedro Louvain de C.. Preservação do patrimônio cultural e científico brasileiro: identificação, análise, avaliação e estudo de bens tombados. 2015. *Dissertação* (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015. Orientador: Prof. Dr. Marcus Granato.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. Museus em universidades públicas: entre o campo científico, o ensino, a pesquisa e a extensão. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 1, n. 4, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.bce.unb.br/index.php/museologia/article/download/9630/7109>>. Acesso em: 26 mai. 2016.

SANTOS, Fernanda Pires. *Encontro entre o Patrimônio de Ciência e Tecnologia e a Sociedade. A preservação de objetos de Ciência e Tecnologia nos museus da cidade do Rio de Janeiro*. 2014. *Dissertação* (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2014. 166f. Orientador: Prof. Dr. Marcus Granato.

SOARES, Maria Celina. ARQUIVOS DE LABORATÓRIO: *O cientista e a preservação de documentos*. GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio (Orgs.). *Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia*. Rio de Janeiro: MAST, 2009. p.104-119. Disponível em: <http://www.mast.br/livros/cultura_material_e_patrimonio_da_ciencia_e_tecnologia.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2016.